

# Para especialistas, problemas ambientais do Brasil só serão resolvidos com severidade na aplicação das leis

(foto:Reprodução) – Apenas no último mês de julho, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontou que a Amazônia teve quase 5000 focos de queimadas. Neste mesmo período, uma pesquisadora do instituto divulgou em estudo científico que a região já está emitindo uma quantidade de carbono muito maior que o que consegue absorver naturalmente. Este é mais um sinal apresentado por cientistas que indicam os efeitos da destruição do meio ambiente em todo o planeta.

“Na prática, isso significa que o aumento do gás carbônico excessivo na floresta amazônica intensifica o efeito estufa e contribui para a diminuição das chuvas. A queda no vapor d’água que é emitido pela floresta faz com que as plantas transpirem menos e emitam menos umidade para atmosfera, deixando o clima mais quente e prejudicando o nosso bioma”, explica a professora de química Diana Furtado, da Faculdade Faci.

Além do aumento de temperatura, outras consequências são chuvas mais ácidas, que comprometem o solo, lavouras, florestas e a vida aquática, bem como a corrosão em edifícios, estátuas e monumentos históricos. No entanto, mesmo com os impactos preocupantes para a natureza, o Brasil continua a passos lentos para a adoção de medidas para o desenvolvimento sustentável.

Em alinhamento junto à Organização das Nações Unidas, o país conta com metas para serem atingidas até 2030, como a recuperação de áreas de floresta e pastagens degradadas,

redução em 43% da emissão de gases do efeito estufa e estabelecimento de um limite de 45% de fontes renováveis na matriz energética. Segundo Diana Furtado, outras iniciativas como mudanças sérias nas matrizes energéticas, incentivos a veículos menos poluentes e à agricultura sustentável seriam cruciais para melhorias significativas no meio ambiente, porém, não são vistas com tanta atenção pelas autoridades políticas.

“Estamos presenciando sucessivos desastres que afetaram negativamente o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida em diversos pontos do território nacional. As ações que o Estado deveria garantir como direitos fundamentais para a preservação do meio ambiente e da nossa sociedade têm se apresentado falhas”, ela ressalta.

Neste cenário brasileiro contraditório, onde a biodiversidade perde cada vez mais o seu espaço, o que não faltam são políticas públicas para a implantação adequada de diretrizes sustentáveis. Há anos, estabeleceram-se planos como a Política Nacional do meio ambiente (lei 6.938/81), dos recursos hídricos (9.433/97) e a de Resíduos sólidos (12.305/10).

A partir das políticas nacionais vigentes, a pesquisadora observa que o mais necessário são a atenção e seriedade na aplicação e aprimoramento das leis que regem as questões ambientais no Brasil. “Normas pragmáticas, objetivos e metas a serem seguidos pelo governo não estão sendo suficientes. De fato é fundamental e urgente que as autoridades sejam mais eficientes na resolução dessas problemáticas e que penalidades sejam devidamente aplicadas. Só assim, nosso país pode começar a encontrar soluções palpáveis para a natureza”, finaliza.

Por:Giullia Moreira

Jornalista e Analista de Comunicação na Agência Eko

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP

(JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

<https://www.folhadoprogresso.com.br/formados-com-cursos-tecnicos-conquistam-rapida-insercao-no-mercado-de-trabalho/>